

Governo quer fazer no Pará hidrelétrica maior que Itaipu

JAIME SAUTCHUK
Do Scurisal de Brasília

O governo federal já concluiu o projeto de construção de uma usina hidrelétrica que, quando terminada, terá capacidade para produzir 17 milhões de kw, 20% a mais do que Itaipu, no Rio Paraná, conforme documentos obtidos pela Folha. A nova hidrelétrica será construída no rio Xingu, próximo a Altamira, no Pará (a 400 km a sudoeste de Belém) e terá um custo estimado, a preços de hoje, de US\$ 10,6 bilhões de dólares (Cz\$ 161,5 bilhões).

A hidrelétrica do Xingu faz parte do "Complexo de Altamira", que prevê o aproveitamento de vários rios da região para a produção de 45 milhões de kw de energia elétrica. Para não formar um reservatório excessivamente grande, a hidrelétrica será construída em duas etapas, com duas barragens principais, formando uma espécie de escada. Ou seja, no sopé da primeira barragem começa o reservatório da segunda — uma se chamará Babaquara e a outra, Cararaó.

Os estudos para a construção dessa usina começaram em 1975, quando a Eletronorte, empresa estatal subsidiária da Eletrobrás, decidiu fazer um inventário do potencial energético do rio Xingu e de outros rios da região. Pelas suas características, o rio Xingu apresenta, em toda a sua extensão de 1.800 km, uma capacidade para produzir 22 milhões de kw, considerada pequena pelas suas dimensões. Mas 75% desse potencial estão localizados num pequeno trecho de pouco mais de cem quilômetros, próximo a Altamira.

Nessa área, o rio apresenta uma queda de 91 metros, o que reduz bastante os custos da hidrelétrica. Se forem separadas as duas etapas, Cararaó produzirá 11,02 milhões de kw e Babaquara 6,58 milhões, embora a primeira vá custar US\$ 1,4 bilhão a menos do que a outra e alagar uma área também menor.

A hidrelétrica do Xingu ficará próxima à rodovia Transamazônica, o que, segundo os estudos de viabilidade técnica e econômica feitos pela Eletronorte, reduzirá os custos com infra-estrutura para a obra. Estará situada a uma distância de cerca de duzentos quilômetros a noroeste da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, também

Projeto começa a ser discutido na 3ª feira

Na próxima terça-feira, com a presença prevista de três ministros de Estado — Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Ronald Costa Couto, do Interior, e Deni Schwartz, da Habitação e Desenvolvimento Urbano —, será realizada em Belém (PA) uma reunião com lideranças da Amazônia, para o governo explicar seu projeto. A reunião faz parte de um esquema de "quebra de resistência" que já vem funcionando há alguns meses, com a realização de palestras restritas a pessoas ligadas à área da energia.

A idéia do governo era a de ir ampliando essas reuniões antes da divulgação do projeto. Em Belém, haverá uma palestra do presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, para autoridades e lideranças do Estado, a começar pelo governador, Jader Barbalho.

Participarão, também, deputados federais, senadores, deputados estaduais, prefeitos de todo o Estado, autoridades do Poder Judiciário, bispos, dirigentes de entidades de classe e militares. Miguel Nunes disse que pretende fazer uma palestra "detalhando ao máximo" a proposta, para que "seja bem compreendida".

Está sendo preparado material de propaganda (audiovisuais e folhetos) para serem distribuídos em setores que possam oferecer resistência ao projeto elaborado pelo governo, como universidades de todo o país, entidades de classe e lideranças políticas. A reunião de Belém é o início da ampliação desse esquema de "venda" do projeto.

no sul do Pará, junto à cidade do mesmo nome e próximo a Marabá.

Será construída uma linha de transmissão para levar quinhentos quilowatts de energia elétrica para as obras do Xingu. Essa linha possibilitará o suprimento de energia a cidades como Santarém e Itaituba, hoje abastecidas por usinas movidas a óleo diesel.

Após concluída, a hidrelétrica do Xingu vai ser interligada aos sistemas de fornecimento de energia elétrica das regiões sudeste, norte e nordeste. Estudo feito pela Eletronorte, em 1979, demonstram que, até 1955, no máximo, a região sudeste precisará importar de outras regiões 12 milhões de kw de energia e o nordeste, 4,9 milhões de

kw. Essa energia será fornecida pela nova hidrelétrica. Isso permitirá a conexão dos sistemas de energia elétrica do norte e nordeste com os do sul e do sudeste, através de linhas de transmissão de longa distância.

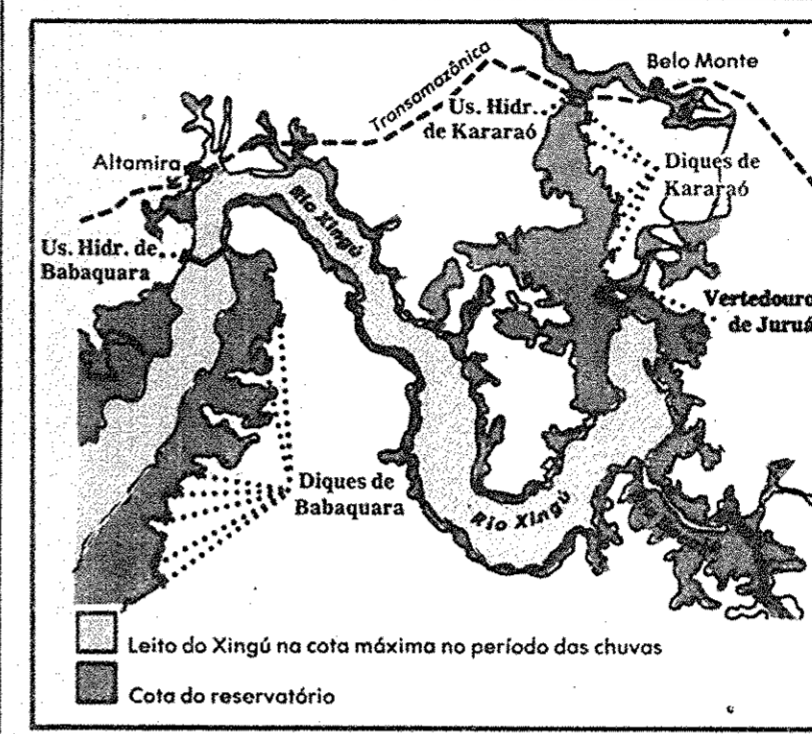
Três anos depois, novos estudos revelaram a possibilidade de uma inversão na situação, reduzindo a perspectiva de déficit de energia elétrica da região sudeste para 8,5 milhões de kw. Ainda assim, a Eletronorte afirma, em seu projeto, que "não há dúvidas quanto a viabilidade técnica e econômica do empreendimento".

Apenas pequena parte da energia gerada pela hidrelétrica do Xingu ficará na região. Mesmo assim, a Eletronorte está propondo ao governo a criação de um Centro Integrado de Desenvolvimento de Altamira, que prevê a criação de núcleos urbanos, aproveitamento do solo rural e desenvolvimento industrial.

Pela proposta, esse plano teria a participação de vários ministérios e pode ser comparado com o projeto que vem sendo elaborado pelo governo para a região do Projeto Grande Carajás, a 250 km a sudeste de onde será situada a hidrelétrica do Xingu. Os custos desse plano de desenvolvimento não estão incluídos na estimativa de gastos feita pela Eletrobrás — esta apenas inclui as obras de construção civil, turbinas e outros equipamentos.

Pelo cronograma fixado inicialmente pela Eletronorte, as obras da hidrelétrica do Xingu deverão ter início em quatro anos, na sua primeira fase, que é a barragem de Cararaó. A segunda fase, 50 km rio acima, só será iniciada, de acordo com a previsão, quando a primeira estiver praticamente concluída. Em média, uma hidrelétrica leva de seis a sete anos para ser totalmente concluída, colocando em operação todas as suas turbinas — Itaipu, por exemplo, está operando com apenas quatro das suas vinte turbinas.

Esse cronograma tem condições de ser alterado para que o início das obras ocorra antes do prazo fixado, mas isso, segundo os estudos da Eletronorte, dependem "de uma decisão política" do governo. Dependem, também, da reavaliação do Plano 2.010 da Eletrobrás, que prevê o cronograma de hidrelétricas, em todo o país, até aquele ano e que se encontra atrasado.



PROJETO DA HIDRELÉTRICA DE XINGU



A nova hidrelétrica vai ser construída no rio Xingu, perto de Altamira, no Pará, 400 km a sudoeste da capital, Belém

Recursos para a usina ainda não foram definidos

O presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, 48, afirmou que "não cabe à empresa que dirija definir os recursos para as obras que planejamos construir". Segundo ele, tanto a hidrelétrica do Xingu como outras obras previstas para o setor energético foram definidas de acordo com critérios técnicos das necessidades que o Brasil terá até o ano 2.010.

Nunes disse que "o governo está consciente dessas necessidades e tem trabalhado da maneira que o setor exige, ou seja, a longo prazo". As projeções de novas obras a serem construídas na área da energia elétrica, segundo ele, são feitas com base nas previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do consumo de energia.

"Nós usamos para isso o critério da elasticidade do consumo, largamente aceito como uma maneira correta de se fazer projeções da área energética", afirmou ele. Essa "elasticidade" é obtida a partir de uma equação bastante simples: divide-se o percentual de crescimento do PIB pelo do



Miguel Rodrigues Nunes

aumento do consumo de energia. O índice obtido vai nortear os demais cálculos a serem feitos.

Entre os anos de 1970 e 1980, segundo o presidente da Eletronorte, esse índice foi de 1,372. Se for levado em conta o período de 1970 a 1985, o índice cresce para 1,632. "Parece

incrível que num período de recessão, como o que vivemos nos últimos anos, esse índice tenha crescido", afirmou Nunes. Mas disse: "Nesse período o PIB decresceu, mas o consumo de energia elétrica aumentou".

"O que é preciso ficar claro", afirmou, "é que essas obras previstas são consideradas a partir de estudos detalhados e não de um simples desejo de se construir uma nova hidrelétrica". Segundo ele, a divulgação do projeto da hidrelétrica do Xingu "vai provocar esse tipo de polémica", para se saber se a obra "é necessária ou não".

Disse, também, que já "pode prever" que outras críticas serão levantadas, "especialmente com relação à questão do meio-ambiente". Segundo Nunes, contudo, "há muito tempo a Eletronorte vem demonstrando que uma de suas preocupações é com o meio-ambiente".

Ele afirmou que o fato de o projeto poder levantar polémicas não é a razão de não ter sido divulgado.

Em outras palavras

Gilson Schwartz

Lago de Xingu inundará 7.200 quilômetros quadrados

A hidrelétrica do Xingu alagará uma área de 7.200 quilômetros quadrados, o que representa uma extensão três vezes e meia maior do que o território inundado pela barragem de Tucuruí, no rio Tocantins, também no Pará. Apesar do nome, porém, a hidrelétrica nada tem a ver com o Parque Nacional do Xingu, situado a mais de mil quilômetros ao sul do local previsto para essa obra.

Os estudos da Eletronorte sobre esse rio afirmam explicitamente que a região do alto Xingu, onde se localiza o Parque Nacional e reserva indígena, "não será aproveitada para a produção de energia elétrica", mantendo-a "para preservação".

Além disso, a Eletronorte usa o argumento de que, nas barragens de Babaquara e Cararaó, a área que efetivamente será alagada é de 3.600 quilômetros quadrados, ou seja, a metade dos dois lagos a serem formados. Isso porque, pela topografia da região, toda a outra metade passa boa parte do ano, na época de chuvas, inundada.

Outro argumento da empresa é de que a relação entre quilômetro quadrado de área inundada por cada megawatt (mil quilowatts) produzido é menor no Xingu do que em qualquer outra hidrelétrica brasileira. Em Cararaó essa relação será de 0,19

quilômetro quadrado para cada MW e em Babaquara de 1,67, enquanto barragens como a de Sobradinho, no norte da Bahia, é de 5,7 quilômetros por MW.

Os estudos da Eletronorte garantem que, do ponto de vista do meio ambiente, a hidrelétrica do Xingu estará longe de cometer aberrações como a da barragem de Balbina, no rio Uatumã, 200 km ao norte de Manaus (AM). A hidrelétrica de Balbina alagará uma área igual à de Tucuruí (2.200 quilômetros quadrados) com a diferença de que esta última, só em sua primeira fase, produzirá 3,9 milhões de kw, enquanto a outra gerará 250 mil kw.

Eletrobrás prevê problemas na produção de energia

O projeto de construção da hidrelétrica do Xingu está sendo concluído num momento em que se discute, no Brasil, a possibilidade de racionamento de energia elétrica, decorrente do atraso de obras que já estavam previstas. O Plano 2.010 da Eletrobrás prevê preocupações ainda maiores para o futuro: até aquele ano, pelas projeções de aumento de consumo, o país terá que dispor de uma produção adicional de 97 milhões de kw.

Esse volume de energia elétrica é mais do que o dobro da capacidade hoje instalada no país. Alguns projetos que estavam previstos foram abandonados, alterados ou adiados, como é o caso do Programa Nuclear Brasileiro. Das oito usinas previstas

para Angra dos Reis, no sul do Estado do Rio de Janeiro, três continuarão sendo construídas. Mesmo a usina de Angra 1, que deveria estar em operação há dois anos, ainda não está funcionando, por problemas técnicos.

Cada usina nuclear produz 600.000 kw — cem mil quilowatts a menos que uma das vinte turbinas de Itaipu. Com a exposição de motivos elaborada pela Comissão de Reavaliação do Programa Nuclear e aprovada pelo presidente Sarney em agosto passado, os projetos nucleares foram redimensionados para menos.

Assim, segundo as previsões da Eletrobrás, a quase totalidade dos 97 milhões de kw será gerada por fonte hidrelétrica. Na região Sul, onde até o ano 2000 a produção de energia

elétrica terá que crescer em 14 milhões de kw, prevê-se a implantação de mais usinas termoeletricas, movidas a carvão mineral, abundante naquela parte do país.

Para a região Sudeste haverá a necessidade de produção adicional de 8,3 milhões de kw, além da importação de outras regiões. Só nessa região já foram definidos os pontos para a construção de mais 62 usinas hidrelétricas. Até o ano 2000, também, a região centro-oeste terá que produzir 3,5 milhões de kw a mais do que produz, a região nordeste, 8,5 milhões de kw e a região norte, 14,5 milhões de kw (a previsão é de que naquele ano ainda não esteja totalmente concluída a hidrelétrica do Xingu).

Expectativas e conjuntura

O perigo da Economia deve-se à ardilosa pretensão que ela nos incute: a de sabermos o rumo dos acontecimentos futuros numa sociedade sem formas racionais de diálogo e organização dos desejos. Os desdobramentos recentes do Plano Cruzado são um exemplo extremo dessa pretensão cujo resultado mais frequente é a desordem e o desespero. Afinal, o Programa de Estabilização decretado pelo governo em fevereiro tinha como principal objetivo a recuperação da capacidade de planejamento econômico, tanto pelos empresários e consumidores quanto pela iniciativa estatal. A cisão entre expectativas e realidade, entretanto, vem caracterizando a conjuntura de uma forma que explícita e induz justamente a desordem que se pretende eliminar. Essa difícil luta entre a ordem e a desordem é típica dos seres vivos. Vejamos alguns exemplos.

Consumidores: são as expectativas mais problemáticas e que, aparentemente, causam mais desordem. Houve uma iniciativa que lhes foi favorável, uma ordenação dos preços através do congelamento. A reação, entretanto, tem sido uma neurose

que, por sua vez, alimenta as expectativas de produtores e comercializadores virem a cobrar ágio ou, por artifícios como a retenção de estoques, conseguir concessões fiscais e descongelamentos parciais das autoridades econômicas. A "realidade" material da economia é inequívoca: existem bois, existem matérias-primas. Mas as expectativas de escassez forjam uma escassez artificial em muitos setores.

Empresários: as expectativas empresariais são estratégicas, pois se os donos de máquinas e equipamentos não considerarem vantajoso aumentar a produção para vendê-la a preços constantes, preferirão produzir menos ou produzir para formar estoques (a serem vendidos no momento em que houver descongelamento). Entretanto, a previsão de uma data para o descongelamento é impossível. A cada momento, portanto, espalham-se boatos sobre a data provável, desde a declaração do ministro Funaro, logo após o dia "D", afirmando que o congelamento duraria três meses, até as hipóteses quanto à dependência entre congelamento e resultados nas eleições. Falsas ou verdadeiras, essas expec-

tativas provocam efeitos reais sobre a produção e a formação de estoques.

Finanças: o principal componente, aqui, são as expectativas sobre a evolução nas taxas de juros. Atualmente há fortes tendências de alta, já que desde junho o governo está fazendo uma troca de títulos públicos. Para que os aplicadores e instituições financeiras aceitem os títulos novos em troca dos que já possuem, o Banco Central acena com taxas de juros cada vez maiores. Ou seja, forma-se no interior da economia uma bolsa de expectativas de juros que nada tem a ver com o ritmo da produção e do investimento, e sim com a administração da dívida pública. A subida dos juros, entretanto, afeta a produção e o consumo: aumentam os custos financeiros das empresas e diminui o crédito ao consumidor. Ou seja, diminui a oferta e a demanda.

Daí o perigo da ciência econômica: uma disciplina onde não há como analisar "o que é" sem levar em consideração o que os principais agentes sociais acham que "vai ser".

GILSON SCHWARTZ, professor do Instituto de Economia Unicamp, membro do Conselho Regional de Economia — e diretor da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia.